

SITUAÇÕES POSTAS À HISTÓRIA*

François Hartog

Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales

Resumo

O objetivo principal do artigo é refletir sobre a história como conceito e como prática, além de interrogá-la como crença socialmente compartilhada. Nessa longa história de uma crença, com seus tempos de certeza e outros de dúvida, dois momentos serão privilegiados neste artigo. Em primeiro lugar, os meados do século XX, quando, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, a evidência da história será rapidamente reafirmada. Em segundo lugar, o momento atual, encarado como aquele em que a evidência se esfuma e em que a crença se fissa. Tratar-se-á, portanto, de refletir sobre a resistência de um dos conceitos centrais do mundo moderno e de algumas de suas transformações.

Palavras-chave

historiografia • história • moderno/modernidade • prática historiográfica

Contato:

Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - CRH
Bureau 544
190-198 – Avenue de France
75.244 – Paris – Cedex 13
E-mail: hartog@ehess.fr

* Tradução de Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SITUATIONS PUT TO HISTORY*

François Hartog

Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales

Summary

The principal objective of this article is to consider History as a concept and as a practice, as well as to examine it as a socially-shared belief. Throughout the long history of this belief, amongst times of certainty and times of doubt, two moments will be elaborated in this article: firstly, the mid-twentieth century, when, immediately after the end of the Second World War, evidence for History will be quickly reasserted; and, secondly, present day, seen as the time in which evidence fades, and belief is divided. Therefore, it will deal with reflecting on the resistance of one of the central concepts of the modern world, and with some of its key transformations.

Keywords

historiography • history • modern/modernity • the practice of historiography

Contact:

Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - CRH

Bureau 544

190-198 – Avenue de France

75.244 – Paris – Cedex 13

E-mail: hartog@ehess.fr

* Translated to Portuguese by Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, researcher at *Departamento de História* of the *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas* of the *Universidade de São Paulo*.

“Um historiador que permanecesse fixado numa meditação sobre a situação posta à história não a faria avançar muito!” Essas palavras, com sua carga irônica, são de Charles Péguy, num texto de 1906, sobre “A situação posta à história e à sociologia nos tempos modernos”.¹ Poeta, filósofo, publicista, sem dúvida ele é o autor que, entre o caso Dreyfus e sua morte no campo de batalha em 1914, mais escreveu sobre a história e contra a história; aquela, ao menos, que triunfava então na Sorbonne e que, em sua opinião, era encarnada por um trio infernal que reunia Ernest Lavisse, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, os mestres da história positivista que ele perseguiu com a sua condenação pública e com os seus sarcasmos. Polemista temível, por certo, Péguy é também o pensador que não cessou de refletir sobre o conceito moderno de história, essa história dos modernos na qual ele havia reconhecido “a mestra do seu mundo”. (Eu voltarei a isso). Então, propondo-lhes refletir sobre a situação, ou melhor, as situações postas à história hoje; será que eu posso escapar das tiradas irônicas de Péguy? Tentemo-lo, apesar de tudo.

Eis, então, aquilo sobre o que eu gostaria de refletir com vocês: não sobre a disciplina história e seus numerosos profissionais espalhados pelo mundo. Quem poderia, ainda que ao preço de um trabalho imenso, arriscar-se a descrever o seu estado atual e o inventário das questões, as quais forçosamente oscilariam entre o demasiado geral e o demasiado particular, sem saber onde passa a fronteira entre o global e o local, ou, mais difícil ainda, sofrendo para apreender com alguma precisão as interações ou as reverberações entre os dois registros? Assim, para escapar a um inventário interminável, o qual, de resto, não faria avançar grande coisa a história, eu me deterei sobre a história como conceito e como prática, e interrogarei a história como crença. Se o século XIX reivindicou vaidosamente ser o século da História, não foi porque viemos então, em toda parte, a crer nela? Ela tornou-se uma crença compartilhada. Que ela fosse celebrada, temida, ou que se sonhasse escapar dela, ela impunha-se então como uma potência que arrastava tudo consigo. Qual é a situação hoje?

Ainda acreditamos nela tanto assim? Sua evidência, não foi ela questionada, desde há uns trinta anos, em diversos lugares e de diferentes maneiras? Exatamente quando a disciplina história avançava, às vezes mesmo com velocidade, quer se tratasse do número de vagas nas universidades, do número de publicações, ou dos novos territórios abertos ou explorados? Este é o ponto que eu gostaria

¹ PÉGUY, Charles. *Œuvres en prose Complètes*. Bibliothèque de la Pléiade, Paris: Gallimard, 1988, II, p. 494.

de levantar: não estamos passando de uma evidência segura e partilhada a uma evidência questionada e fragmentada? Nessa longa história de uma crença, com seus tempos de certeza e outros de dúvida, eu me deterei, aqui, sobre dois momentos. Em primeiro lugar, os meados do século XX, quando, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, a evidência da história será rapidamente reafirmada. Mas, devo acrescentar imediatamente que existia uma base sólida que, mesmo tendo sido sacudida pela Primeira Guerra Mundial, ainda estava lá. Esses anos correspondem àqueles quando foi criada a Associação que vocês celebram, hoje, o cinquentenário. Em segundo lugar, o momento atual, encarado como aquele em que a evidência se esfuma e em que a crença se fissa. Tratar-se-á, em suma, da resistência de um dos conceitos centrais do mundo moderno e de algumas de suas transformações.

Fundada em 1961, com o nome de Associação dos Professores de História e do Ensino Superior, dez anos mais tarde, Associação Nacional, esse agrupamento marca uma etapa importante da profissionalização e da institucionalização da história no Brasil. Acompanhando o rápido crescimento da universidade e da pesquisa, a associação desempenhou e desempenha uma dupla função: internamente, a de ser uma ágora da disciplina, uma praça pública onde se trocam notícias e onde se debate; onde novas perspectivas recebem direito de cidadania e onde orientações se desenham. Externamente, ela opera, sobretudo, como uma comporta: propostas vindas de outros lugares podem ser apresentadas, difundidas, permitindo assim iniciar todo um trabalho de apropriação e de reformulação. Claro, a questão da história, sob a forma da história do Brasil, estava colocada desde há muito tempo. Pois tudo começou com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que reteve a atenção de muitos historiadores nos últimos vinte anos, em particular do saudoso Manoel Salgado, que presidiu a ANPUH entre 2007 e 2009. Em diversas ocasiões, ele confiou-me a que ponto essa tarefa parecia-lhe importante e quanto ela era pesada. Nós devemos ser-lhe reconhecidos por tê-la assumido com a energia, a seriedade e também o humor que o caracterizava.

Em que ponto estava a história nos anos 1950-1960?

Podíamos falar de uma evidência reencontrada e reformulada. Três nomes, os de dois historiadores e o de um antropólogo, que estiveram e trabalharam no Brasil antes da Guerra, me permitirão tornar preciso o meu argumento. Em 1950, Fernand Braudel, entrando no Collège de France, pronuncia sua conferência inaugural, que ele intitula *Posições da História* [*Positions de l'histoire*]. Para um mundo novo, ele escreve, é necessária uma nova história, no momento mesmo

em que “desaparece” a primeira metade do século XX. Justamente aquela que desenha em *O Mediterrâneo* [*La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*], seu livro manifesto, publicado no ano precedente, e que logo será sintetizada no conceito de longa duração. Para tornar apreensível a insuficiência do acontecimento, que brilha mas pouco ilumina, ele utiliza a imagem dos vaga-lumes que o circundaram certa noite, perto de Salvador da Bahia.² Mais importante, todavia: no Brasil, ele teve a experiência de contemplar o Atlântico a partir de suas margens ocidentais, assim como, jovem professor na Argélia, ele teve a experiência do Mediterrâneo a partir da margem sul. Ocorreu, ali, o início de um descentramento do olhar histórico ou, ao menos, de uma história de maior alcance e preocupada com as circulações.³

Braudel sente-se ainda mais seguro do seu diagnóstico e da sua proposta porque, no ano precedente, Lucien Febvre passou-lhe o bastão em um artigo programático intitulado *Em direção a uma outra história* [*Vers une autre histoire*] e, significativamente, concluído no Rio de Janeiro. Febvre encontrava-se, de fato, uma vez mais no Brasil, onde ele acabava de pronunciar uma série de conferências, particularmente em São Paulo. Essa outra história, Febvre a via afirmar-se em três direções: a do programa braudeliano, a de uma história das civilizações atenta às diversas historicidades e a de um engajamento do historiador no seu presente. Ele a havia lançado, desde 1946, no *Manifesto dos Novos Anais* [*Manifeste des Annales nouvelles*]. O título era claro – *De frente para o vento* [*Face au Vent*] –, assim como o subtítulo: “Economias, sociedades, civilizações” [*Economies, sociétés, civilisations*]. Pretendia assinalar que, doravante, havíamos entrado num mundo “em estado de instabilidade definitiva”, onde as ruínas eram imensas; mas onde havia “muito mais do que ruínas, e mais grave: essa prodigiosa aceleração da velocidade que, engavetando os continentes uns sobre os outros, abolindo os oceanos, suprimindo os desertos, colocava bruscamente em contato agrupamentos humanos portadores de cargas elétricas contrárias”. A urgência, sob o risco de nada mais compreendermos do mundo globalizado de amanhã, ou já de hoje, era de olhar, não para trás, para aquilo que acabara de acontecer, mas a diante de si, para frente. “É findo o mundo de ontem. Para sempre terminado. Se nós temos uma chance de escapar, nós franceses, é compreendendo, mais rapidamente e melhor que os outros, essa verdade da evidência. Abandonando o navio. Ao mar! – eu digo – e nadem com determinação.” Explicar “o mundo ao mundo”, responder

² BRAUDEL, Fernand. *Ecrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969, p. 23.

³ GEMELLI, Giuliana. *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob, 1995, p. 55-64.

às questões que se coloca o homem de hoje, tal era então a tarefa do historiador que pretendia colocar-se de frente para o vento.⁴ Quanto à interrogação sobre a civilização, ou melhor, sobre as civilizações, ela vinha de mais longe: dos anos 1930. De fato, é na primeira semana de Síntese, organizada em 1929 por Henri Berr, que a noção de civilização (assim como a de evolução) havia sido escrutada. Encarregado do relatório introdutório, Febvre havia conduzido a investigação até o momento em que apareceram no uso comum, ao lado de *civilização* (cuja noção emerge no século XVIII, na França e na Inglaterra), as *civilizações*.⁵

Febvre e Braudel haviam se encontrado em 1937 no navio que os trazia do Brasil. Dois anos antes, Claude Lévi-Strauss, no navio que o trouxe para o Rio de Janeiro, tinha se despedido do Velho Mundo e da sua “civilização estreita” que era encarnada, para ele, por uma Atena, qualificada de “deusa anêmica”. Aquele que ainda não era mais que um aprendiz de etnólogo escolhia assim o Selvagem: “Huronianos, Iroqueses, Caribes, Tupis, eis-me aqui!”, proferia, com uma grande eloquência que lembrava o jovem Chateaubriand desembarcando em Baltimore, em 1791. Ele colocava o selvagem contra o moderno, ou, mais exatamente, segundo a prática do olhar distanciado que ele reivindicará, instaurava-se um duplo questionamento de um e de outro pelo etnólogo, tornando-se estrangeiro à sua própria sociedade, permanecendo, todavia, estrangeiro à sociedade que o acolhe. Da mesma maneira, foi a partir dessa experiência de campo que ele formulará, um pouco mais tarde, a distinção, logo famosa, entre “sociedades quentes” e “sociedades frias”. Se as primeiras foram modeladas por um tempo ativo e ator, do qual, num dado momento, elas fizeram o princípio do seu desenvolvimento, as segundas não, ou não ainda, ou apenas parcialmente; mas é certo que todas são igualmente sociedades na história e produtoras de história, porém com modos diferentes de ser no tempo.⁶ Finalmente, em *Raça e história* [*Race et histoire*], publicado em 1952, ele tematiza, por sua vez, a questão das civilizações. Recusando o evolucionismo, ele convida a encarar as civilizações menos como escalonadas no tempo do que distribuídas no espaço. Assim, é lógico tornar a “categoria universal” *progresso* apenas “um modo particular de existência próprio à nossa sociedade”.⁷

⁴ FEBVRE, Lucien. Face au Vent, Manifeste des *Annales* Nouvelles. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1992, p. 35, 40, 41.

⁵ FEBVRE, Lucien. *Civilisation, le mot, l'idée*. Paris, 1930, p. 45. Ele voltará a essa questão no prefácio que fez ao livro de Gilberto Freyre.

⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale deux*. Paris: Plon, 1973.

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 40-41.

Por esses três nomes passa uma parte significativa das renovações e das reafirmações do pós-guerra: uma atenção às civilizações e às suas especificidades, que carrega consigo certo relativismo; a longa duração, que Braudel vai se aplicar a promover com vistas à constituição de um mercado comum das ciências sociais que ele deseja ver se instaurar; o Selvagem, cujo papel será mais ambíguo. No quadro do estruturalismo, ele pôde ser mobilizado ou compreendido como uma alternativa à história (o selvagem promovido a modelo para as ciências sociais, como uma maneira de expulsar a história para uma França, ela mesma expulsa da História)⁸ ou, em sentido inverso, ele pôde servir de inspiração para uma maneira de fazer a história que, logo, iria se chamar antropologia histórica. Para Lévi-Strauss, ele possuía também, não o esqueçamos, um valor ético: afirmar, reclamando-se de Rousseau, a igual humanidade de todos e de cada um, justamente quando a Europa acaba de falhar inequivocamente a este respeito.

A esses nomes convém acrescentar um quarto, o de um sociólogo ligado não ao Brasil, mas à África, Georges Ballandier, que, em 1951, introduz o conceito marcante de “situação colonial”.⁹ A noção de situação, ele precisava, não está vinculada unicamente ao existencialismo; ela é empregada entre os sociólogos e foi preparada pela noção de “fenômeno social total” elaborada por [Marcel] Mauss. Do que se trata? De considerar a “colônia” como uma sociedade global que implica igualmente o colonizado e o colonizador. Pois a dominação conduz “ao relacionamento de civilizações radicalmente heterogêneas: uma civilização do maquinismo, com uma economia possante, com um ritmo rápido e de origem cristã impondo-se a civilizações sem maquinismo, com uma economia ‘atrasada’, com um ritmo lento e radicalmente ‘não cristãs’”. Donde, “o caráter fundamentalmente antagônico das relações existentes entre essas duas sociedades que se explica pelo papel de instrumento ao qual está condenada a sociedade colonizada” e “a necessidade, para manter a dominação, de recorrer não apenas à ‘força’, mas igualmente a um sistema de pseudojustificações e de comportamentos estereotipados”. Assim, qualquer estudo, incluído aquele do antropólogo em busca de sociedades primitivas ou atento aos problemas do contato, deve levar em consideração essa dupla realidade e apreciar a colônia como um sistema historicamente datado e que se modifica rapidamente.

⁸ FURET, François. Les intellectuels et le structuralisme, 1967.

⁹ BALANDIER, Georges. La Situation coloniale: Approche théorique. *Cahiers internationaux de sociologie*, 110, 2001/1, p. 9-29 (republication de l'article de 1951).

Menos de quinze anos mais tarde, o jogo colonial estava terminado, mas, no intervalo, o conceito proposto por Ballandier tinha fornecido às ciências sociais um meio de enriquecer seu questionário e de afinar suas análises, especialmente quando elas apelavam demasiado rapidamente ou mecanicamente à teoria marxista. A partir dos anos cinquenta, igualmente, outro conceito se impõe sobre todos os demais: o de modernização.¹⁰ Colonizadores e colonizados reivindicam-no, ainda mais porque existe um modelo americano e um modelo marxista. Por sua composição, com seu sufixo em *-zação*, como antes dele *civilização*, ele indica uma marcha em direção a. Se o civilizado é aquele que se beneficiou do processo de civilização, o moderno é aquele que atravessou o processo de modernização. Ao final da modernização (a marcha devendo ser mais ou menos longa, conforme o ponto de onde se parte), deve-se atingir a modernidade. Inteiramente voltada para o futuro, modernização é um conceito fortemente temporalizado, que nomeia um movimento de conjunto das sociedades. Ele pode operar como conceito articulador entre a história já antiga de uns e a história ainda por vir de outros. A esse respeito, ele é, entre os anos cinquenta e setenta, uma expressão clara de uma evidência reafirmada da História, uma possante expressão da crença da qual ela se encontra sempre, e mesmo mais do que nunca, investida, e uma forte inunção à ação com vistas à transformação da sociedade.

De onde vínhamos nós? O império de uma crença, o tempo de uma crença

Nos anos 1950 a História certamente já era uma velha crença que Febvre ou Braudel se empenham em reformular em termos que eles julgam ser adaptados à nova conjuntura. Não se trata, aqui, de retrazar nem a sua formação, nem a maneira pela qual ela se impôs, mas simplesmente de sublinhar, a partir de alguns indícios tomados de domínios diferentes, a força da evidência. Péguy, já evocado aqui, é um bom observador daquilo que ele foi o primeiro a nomear como a “situação” posta à história. Nela, ele vê “a mestra do mundo moderno”. Ciência dos modernos, filosofia que se ignora, ela encontra sua Bíblia, conforme ele afirma, n’*O futuro da ciência [L’avenir de la science]* de [Ernest] Renan e, sob sua modéstia aparente, o historiador ambiciona, no fundo, criar o mundo pela segunda vez, ao mesmo tempo em que pretende descrevê-lo.

Um quadro – um entre tantos outros – pintado em favor da glória de Napoleão, demonstra bem o poder e o domínio da História. Executado por Alexandre

¹⁰ COOPER, Frederick. *Colonialism in Question, Theory, Knowledge, History*. Berkeley: University of California Press, 2005, p. 96, 116-119.

François HARTOG. *Situações Postas à História.*

Véron-Bellecourt, um pintor acadêmico, é sua falta de originalidade que o torna interessante para o meu argumento. Utilizando os procedimentos da alegoria, ele tem o seguinte título: “Clio mostra às nações os fatos memoráveis de seu reino” [“Clio montre aux nations les faits mémorables de son règne”] (ver figura).



Vemos Clio indicando com o dedo o que ela acaba de inscrever sobre uma grande estela, a saber, os grandes feitos de Napoleão, para um grupo de homens

com roupas mais ou menos exóticas, ali reunidos como se fossem alunos diante de uma lousa. Napoleão está presente, sob a forma de seu busto, como imperador romano, com a inscrição “*Veni, vidi, vici*”, que o identifica como um novo César. A cena, clássica, obedece ainda aos cânones da *historia magistra vitae*: um exemplo de grande homem, à maneira de Plutarco. Mas há algo mais: Napoleão não é apenas um herói à antiga; ele é também a encarnação da História, ele é essa força que avança, cujos efeitos se fazem sentir até o fim do mundo. Aquele em que Hegel acreditou reconhecer o Espírito do mundo, quando atravessava Iena a cavalo. Nas suas *Memórias de além-túmulo* [*Mémoires d’outre-tombe*], Chateaubriand dizia dele que, durante dezesseis anos, havia sido o Destino, e um Destino que não descansava jamais, correndo incessantemente para remodelar a Europa.¹¹ Nele tornaram-se manifestos dois traços da História moderna: seu domínio sobre a sorte dos países e dos homens e sua rapidez de execução, ele que não repousa jamais. Napoleão aparece bruscamente, quando o esperávamos alhures ou mais tarde. Esses anos correspondem a um sentimento, amplamente partilhado, de uma aceleração da História. Sob o efeito de um tempo tornado ator e processo, opera-se uma sincronização do mundo: até a China. O que Véron-Bellecourt traduz por meio da composição de seu quadro. Para se escrever, a História passa dos sincronismos (indispensáveis para estabelecer o antes e o depois) à sincronização, que estabelece, segundo uma escala de tempo, o antes que, o após que, o avanço ou o atraso, e circunscreve o anacrônico.

Rapidamente, a literatura percebeu toda a importância desse novo ator e engajou-se na tarefa de dizer esse novo mundo apreendido pela História. Começava a grande época do romance. De Balzac a Tolstói, ele vai girar em torno da História. Segundo Milan Kundera, a escrita de Balzac parte dessa experiência da aceleração da História: “antes, se ritmo lento tornava-a quase invisível, depois ela acelerou o passo e subitamente tudo está se transformando em torno dos homens durante sua vida”.¹² Segue-se uma dupla tarefa para o romancista: retrazar as trajetórias aceleradas ou rompidas de personagens que sobem muito alto ou caem muito baixo, que surgem subitamente na cena mundana para em seguida desaparecerem também rapidamente. Estar atento, em seguida, ao segundo plano, que é necessário apreender, porque tampouco ele vai durar. Entramos, conforme nota Kundera, na “época das descrições”. Há, por exemplo, esses salões de

¹¹ CHATEAUBRIAND. *Mémoires d’outre-tombe*. Édition de J.-Cl. Berchet, Paris: Classiques Garnier, 1989-1998, vol I, p. 1219.

¹² KUNDERA, Milan. *Œuvre*. Bibliothèque de la Pléiade, Paris: Gallimard, 2011, p. 852, 953.

provincia, que são os sobreviventes gastos e mais ou menos remendados de um tempo passado. Interiores, roupagens, casas, bairros, maneiras de ser e de falar figuram como sobrevivências que logo se eclipsarão. São anacronismos. Trabalhado pela História, o mundo de Balzac é atravessado por tempos em desacordo que se friccionam, se batem, se enfrentam.

Recuando meio século até as guerras napoleônicas, Tolstói, em *Guerra e paz*, medita sobre a história “enquanto nova dimensão da existência humana”. Suas conclusões são conhecidas: certamente Napoleão não faz a História (estamos bem distantes do quadro de Véron-Bellecourt); mas Koutouzov tampouco a faz, ou antes, ele a faz apenas na medida em que ele não tenta fazê-la. “A História faz-se a si mesma, obedecendo às suas próprias leis, que, no entanto, permanecem obscuras para o homem. (...) A História, isto é, a vida inconsciente, geral, gregária da humanidade”.¹³ Se suprimirmos Deus, resta apenas a História diante da qual podemos ter uma atitude positiva e otimista, pessimista e negativa ou francamente niilista (ela não tem nenhum sentido). Mas, em todos os casos, sua evidência se impõe e ela é uma crença partilhada. A guerra de 1914 reforçou ainda mais sua pregnância, “Esse massacre absurdo e gigantesco”, para retomar as palavras de Kundera, “inaugurou na Europa uma nova época onde a História, autoritária e ávida, surgiu diante de um homem e tomou conta dele. É desde fora que, doravante, o homem será determinado em primeiro lugar”.¹⁴

Uma evidência questionada, uma crença gasta

Essa longa duração de Braudel, representada como “essas camadas de história lenta”, “no limite do movente”, não traduzia, com outras palavras, uma visão análoga da história? Nascido em 1902 no leste da França, Braudel enfrentou, de fato, a Primeira Guerra Mundial e viveu a Segunda como prisioneiro num *Oflag* [campo para oficiais], na Alemanha. Por isso, “à orgulhosa palavra unilateral de [Heinrich von] Treitschke, ‘os homens fazem a história’”, ele preferia opor “a história faz também os homens e modela seu destino”.¹⁵ Mas, se ele era reservado quanto ao fazer a história, ele não tinha a menor dúvida nem sobre a história ela mesma, nem sobre o interesse que havia em fazer a história de suas estruturas mais profundas, lá onde se atinge o mais explicativo. O que mudou entre a “situação” dos anos 1950-1960 e a de hoje? Tudo ou quase: o mundo “novo” que Braudel

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 909.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 1173.

¹⁵ BRAUDEL, Fernand, *op. cit.* p. 21.

via não existe mais. Assim como já não o fizera no início, não me engajarei agora na elaboração de um inventário, ainda que sumário, do que desapareceu ou se transformou. Ater-me-ei ao registro que escolhi, o da história como evidência e como crença, apoiando-me em algumas palavras e conceitos. E, desde já, eu pergunto: o que aconteceu com aqueles que haviam servido como vetores da reafirmação de uma evidência da história, mas mensageira de outras temporalidades?

A longa duração não possui mais o valor de uma frente pioneira; ela permanece, no melhor dos casos, como uma escala de análise entre outras. Quanto ao acontecimento, que Braudel situava no polo oposto, ele voltou ao primeiro plano, a ponto de já não vermos nada além dele, sendo preciso consumi-lo incessantemente, produzi-lo (a descrição de acontecimentos faz parte, hoje, do organograma de qualquer empresa ou instituição), suportá-lo inclusive sob a forma da catástrofe. A *civilização* foi carregada pelo avanço da globalização e a modernização foi rudemente maltratada. Quanto ao Selvagem, na sua acepção lévi-straussiana, como objeto “bom para ser pensado”, ele foi totalmente depreciado. Ele pertence à idade de ouro do estruturalismo, às variações eurocêntricas sobre a alteridade, enfim, a tudo que é recusado como culturalismo. Para os adeptos dessa corrente da antropologia, convém, inclusive, se desfazer do conceito de cultura e se concentrar sobre a contemporaneidade da situação de interlocução existente entre o etnólogo e seus “informantes”.

Civilização era um conceito futurista (vai-se em direção a ela) e um conceito normativo (há graus de civilização). Elemento central do regime moderno de historicidade, ela invocava um tempo aberto sobre o futuro e progressivo. O mesmo acontecia com o conceito de modernização, que se limitava, se assim o quisermos, ao segmento mais recente do processo de civilização, e concedia maior importância à aceleração. Ela era a forma contemporânea da civilização. Era, então, a *belle-époque* dos planos e da futurologia. Segundo a etimologia latina da palavra, moderno significa, de fato, recente e, portanto, de agora. Entre 1950 e 1970, modernização, conceito-articulador como eu disse, foi um imperativo, uma palavra de ordem, um projeto que todo mundo podia subscrever: no Leste como no Oeste, entre os ex-colonizados assim como entre os ex-colonizadores. Mas essa unanimidade, que na verdade recobria profundos mal-entendidos, se desagregou. Aqui, também não posso fazer mais do que ir ao essencial. Logo, falou-se menos de modernização e mais de modernidade.¹⁶ Uma é o caminho e o passo, a outra o resultado: eis aquilo a que conduziu a modernização. Ela é o quadro que

¹⁶ Cooper, Frederick, *op.cit.*, p. 113-149.

podemos desenhar ou, de maneira ainda mais crítica, ela é o avesso do quadro. O inventário da modernidade, realizado (desde o exterior ou desde a periferia) pelos antigos colonizados, desemboca num questionamento da modernização: dos seus pressupostos, dos seus não-ditos, das suas destruições e dos seus crimes. Ela vê, ela diz, ela organiza o mundo desde o centro e para o seu próprio benefício.

Se voltarmos bastante no tempo, a *modernidade* assim questionada podia desconstruir ao mesmo tempo os conceitos de modernização e mesmo de civilização. Para não renunciar completamente ao conceito de modernidade, alguns se dedicaram a multiplicá-la, identificando “modernidades múltiplas”; outros, mais radicais, arriscaram “modernidades alternativas”. Mas, se atingimos uma proposição do tipo “há múltiplas maneiras de ser moderno” ou, em última instância, “cada um com a sua modernidade”, segue-se que a noção de moderno perde toda e qualquer pertinência. De que é composto o “moderno” de uma modernidade alternativa? A modernidade foi igualmente questionada a partir do “centro”, quero dizer da Europa e, mais amplamente, do Ocidente. O que se nomeou pós-modernismo começou como uma crítica do moderno e uma atualização do que havia sido o verdadeiro rosto da modernidade e seus resultados perniciosos.

Entenda-se bem: os dois lados dessa crítica, distinguidos por simples comodidade, não são dissociáveis um do outro, mesmo que seus respectivos contextos de elaboração e seus campos de aplicação não sejam estritamente os mesmos. No que concerne à carga temporal dos conceitos e, mais amplamente, à relação com o tempo, passar de modernização a modernidade e a pós-moderno é, sem se perceber, renunciar ao tempo. Modernização, como civilização, são conceitos teleológicos, o fim a ser atingido nomeia o processo: o futuro atua. Nada parecido ocorre com modernidade, que designa o estado de moderno, moderno sendo ele mesmo tomado absolutamente. Porque moderno não foi plenamente dinâmico e futurista a não ser enquanto ele teve um face a face com quem disputar: o antigo.¹⁷

Erodida já pela crítica da modernidade, a modernização foi, mais recentemente, marginalizada pela globalização. A palavra designa um processo: o global avança, como uma maré, até recobrir tudo. Ela tem por objetivo um mundo globalizado. Mas, à diferença dos conceitos precedentes, ele não carrega consigo nenhuma carga temporal específica: ele é espacial e não temporal ou destemporalizado;¹⁸ mesmo se todos concordam que a globalização não se fará

¹⁷ HARTOG, François. *Anciens, Modernes, Sauvages*. Paris: Seuil, 2008.

¹⁸ Se se trata de reconhecer como sendo do globo, pertencimento comum ou partilhado, a palavra cosmopolita já o dizia, em grego é verdade, mas de maneira mais política.

em um dia, ou mesmo que ela não se concluirá jamais completamente – mas, isso é outra questão. Ela visa sempre a ser mais englobante e a se aproximar o máximo possível do tempo real: ubiquidade e instantaneidade são suas palavras de ordem. Buscando liberar-se sempre mais dos constrangimentos do espaço e do tempo, ela se desdobra numa espécie de presente permanente. O passado não vigora e tampouco o futuro: importa apenas colocar-se em situação de ser sempre mais rápido, de ser o que chega primeiro, o que reage mais rapidamente. Nessa corrida pela velocidade, são os computadores que ganham, e são os mais recentes e os mais potentes que têm a última palavra.

Do ponto de vista da história, os críticos da modernidade e o fenômeno da globalização conduziram a questionamentos e a reformulações. Para estes últimos, com uma bibliografia em rápida expansão, conta-se ao menos a *connected history*, a *shared history* e a *global history*.¹⁹ Quanto aos questionamentos (formulados no cruzamento entre “centro” e “periferia”), os *subaltern*, em seguida os *post-colonial* e os *cultural studies* lançaram o movimento e invocaram uma provincianização da Europa, da qual o livro de Dipesh Chakrabarty tornou-se o porta-estandarte.²⁰ Visto de outros lugares, a Europa (mas o que é essa Europa reduzida a alguns traços essenciais?) perde a excepcionalidade da qual, desde ao menos o século XVIII, ela faz, no sentido próprio do termo, seu filão comercial. Sobre essas bases pode se iniciar a construção de histórias alternativas ou se exprimir, às vezes, recusas da história; recusada como invenção ocidental que os colonizadores trouxeram nas suas bagagens. Delas, existem numerosas formas, mais ou menos elaboradas, mas elas possuem como traço comum querer restabelecer, reencontrar uma continuidade com as origens desaparecidas, apagadas e, no entanto, presentes. E, hoje, reencontradas e promovidas como patrimônio. Os fundamentalismos religiosos (em particular o islamismo radical) são antes a expressão da recusa da história que é também uma adaptação à globalização. Por fim, vindo não de um historiador, mas de um antropólogo habituado a fazer amplas comparações, foi editado um livro que empurra a questão um grau mais adiante. Com *O roubo da história* [*Le vol de l'histoire*], Jack Goody pretende, de fato, demonstrar como a Europa impôs a narrativa do seu passado ao resto do mundo.²¹ O argumento se desenvolve sobre um duplo registro: o de uma ampla

¹⁹ HARTOG, François. De l'histoire universelle à l'histoire globale. *Le Débat*.

²⁰ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincialiser l'Europe: la pensée post-coloniale et la différence historique*. Trad. fr. Paris: Amsterdam, 2009 (ed. original: 2000).

²¹ GOODY, Jack. *Le vol de l'histoire. Comment l'Europe a imposé le récit de son passé au reste du monde*. Trad. fr. Paris: Gallimard, 2010.

comparação entre a Ásia e a Europa e o de uma crítica de autores que não são reputados por terem sido os mais caseiros: Braudel, [Joseph] Needham, [Norbert] Elias ou [Moses] Finley. Adentrando o ateliê do historiador, Goody constata que, confiscando o tempo, o espaço, monopolizando os conceitos históricos, a Europa “falsificou muito” nossa compreensão da Ásia.²²

Desde a publicação de *O roubo da história*, surgem obras que colocam não tanto a questão da existência de uma história global (tida como conquistada), mas a de saber o que pode ser uma história global da história e como fazê-la. Isto é, uma reflexão de segundo grau sobre o global. Eu penso, em particular, em Georg Iggers e Q. Edward Wang, *Uma história global da historiografia moderna* [*A Global History of Modern Historiography*] e, mais recentemente, em Daniel Woolf, *Uma história global da história* [*A Global History of History*].²³ Todas essas investigações críticas, todas essas pesquisas com vistas a outras maneiras de escrever a história pressupõem certamente que há alguma coisa que é compartilhada e que nós podemos chamar “história”. Nesse sentido, deve-se começar por renunciar ao conceito moderno de história; esse, justamente, que se apresentava como a História e como referência universal para se definir quem estava ou não estava na história e para medir a que distância tal ou tal população longínqua se situava (ainda) da história verdadeira. Vem, em seguida, um segundo momento: dar à história um sentido mais amplo, falando de consciência histórica e de cultura histórica, e, mais ainda, lembrando que não há grupo humano que tenha se desinteressado de seu passado, ou mesmo baseando-se nesse fato da natureza segundo o qual é característico do ser humano lembrar-se e comunicar-se com seus semelhantes.²⁴ Em suma, o conceito moderno de história, baixado do pedestal sobre o qual ele tinha se alçado, entra na fileira para não ser mais do que um momento de uma longuíssima história dos modos de relação com o passado e dos seus usos. Em resumo, tudo isso não é o fim da história; no máximo, é o fim da História (entendida como esse conceito moderno)! Assim, ainda cremos na história, que, afinal, reencontraria uma forma de evidência, menos gloriosa e imperiosa, mas ordinária e partilhada.

Então está tudo resolvido? Pressentimos que não, pois seria uma conclusão apressada. Certamente, descentrar o olhar posto sobre a história é esclarecedor,

²² Idem, *Ibidem*, p. 23.

²³ IGGERS, Georg; WANG, Q. Edward; with contributions from MUKHERJEE, Supriya. *A Global History of Modern Historiography*. Harlow: Pearson Education Limited, 2008; WOOLF, Daniel. *A Global History of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

²⁴ WOOLF, Daniel, *op.cit.*, p. 1-2.

mas isso não resolve tudo. Basta trocar o sentido da palavra, abrindo bastante seu conceito para se safar? Cada um com a sua história, em suma, com todas as misturas que se deseja. De todas as maneiras, o próprio conceito moderno de história não surgiu prontinho uma bela manhã, da cabeça de um professor alemão, lá para os lados de Göttingen, no final do final do século XVIII; ele era o resultado de uma elaboração lenta e complexa e era inseparável de um tempo ativo e ator, marcado pela aceleração e no qual o futuro vinha ocupar o primeiro lugar. O que havia de moderno na história moderna é que ela iluminava o passado a partir do futuro e desenvolvia uma série de conceitos temporalizados, tais como os de civilização, modernização e, o primeiro de todos, revolução. Enquanto que a história antiga, aquela que derivava daquilo que eu chamo o antigo regime de historicidade, iluminava o presente pelo passado. Ela se designava, todavia, pelo nome de história. Vindo dos antigos, o nome *allait de soi*. Quando a história dos modernos se instalou, evidentemente ela manteve o nome, fingindo, porém, ser a primeira a lhe dar seu pleno sentido.

No decorrer dos últimos trinta anos a mudança mais notável foi o recuo do futuro. Falou-se de crise do futuro, do seu fechamento, enquanto, simultaneamente, o presente tendia a ocupar todo o espaço. Essa transformação de nossas relações com o tempo desenha uma configuração inédita que eu propus nomear presentismo. Como se o presente, o do capitalismo financeiro, da revolução da informação, da globalização, absorvesse nele as categorias (tornadas mais ou menos obsoletas) do passado e do futuro. Como se, tornando-se seu próprio horizonte, ele se transformasse em um presente perpétuo. Com ele, vieram ao primeiro plano de nossos espaços públicos palavras que são também palavras de ordem, práticas e que se traduzem em políticas: memória, patrimônio, comemoração etc. Elas correspondem a outras tantas maneiras de convocar o passado no presente, privilegiando uma relação imediata, apelando à empatia e à identificação. Basta visitar os memoriais e outros museus de história, inaugurados em grande número nesses últimos anos, para convencer-se disso. Na linguagem comum, memória tendeu a se tornar o termo mais englobante, mais evidente, em substituição ao de história. Esse presente presentista cerca-se igualmente de noções ou de conceitos destemporalizados, tais como o de modernidade, pós-moderno, mas também globalização, ao qual seria necessário juntar ao menos o de identidade: o mais invocado, o mais mobilizado.

Com tais deslocamentos, e mesmo esta reviravolta, evocados aqui de maneira esquemática, estamos nós diante de um fenômeno duradouro ou transitório? Ninguém o sabe, nesse momento em que começamos apenas a tomar sua medida.

François HARTOG. Situações Postas à História.

No mínimo, nós atravessamos uma situação de passagem: o conceito moderno de história (centrado no futuro) perdeu sua eficácia para dar sentido a um mundo que, ou se absorve inteiramente apenas no presente, ou, cada vez mais nitidamente, não sabe como regravar suas relações com um futuro, percebido como uma ameaça e uma catástrofe iminente. Um futuro não mais aberto indefinidamente, mas um futuro mais e mais constrangido, senão fechado, particularmente devido à irreversibilidade gerada por várias de nossas ações. Forjada na Europa, ligada à sua expansão e à sua dominação, essa História moderna (a ponto de tornar-se antiga) não deixou de reger o mundo, sob formas diversas e por meio de múltiplas interações, oscilando entre sentido, falta de sentido e ciência da História. Não acreditamos mais em tal conceito, não verdadeiramente, mas continuamos a usá-lo; ele está aí, ainda nos é familiar e um pouco obsoleto, tornado incerto, mas sempre disponível, ao menos enquanto outro não vier a substituí-lo. Os políticos não hesitam em mobilizá-lo, assim como a mídia; a literatura interroga-o, e os historiadores, trabalhando-o incessantemente, acreditam ainda em seus poderes cognitivos. Nós dispomos, além disso, da velha palavra história, que, vinda da Grécia, traduzida e retraduzida em diversas línguas ao longo dos séculos, retomou o serviço, por assim dizer, para, ao redor do mundo, designar as maneiras de dar lugar, ou um lugar ao passado. A história global da história entrega-se, nesse momento, a elaborar inventários comentados. Quanto à globalização, uma última palavra: conceito mais descritivo que analítico, destemporalizado, como eu notei, ele é igualmente uma maneira de dizer que se há história, ela se produz em toda parte e em lugar algum; que o Ocidente não tem mais, em todo caso, o seu monopólio, e que a velha Europa percebe cada dia mais que ela a vê passar sob suas janelas.

Recebido: 30/08/2011 – Aprovado: 09/03/2012